

PROCESSO TCE Nº 14.813.2011-50
ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2010.
RESPONSÁVEL: Edvaldo da Costa Melo
RELATOR: Cons. Ronaldo Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 10.061/2016

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PLÁCIDO DE CASTRO. IRREGULAR. DESPESAS DO EXERCÍCIO SUPERIOR AO ESTABELECIDO NA CF. FALHAS NA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO E NA APLICAÇÃO DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS. APLICAÇÃO DE MULTA. TOMADA DE CONTAS. ARQUIVAMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro: 1)** por julgar **irregulares** as Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, referente ao exercício de 2010, de responsabilidade do **Sr. Edvaldo da Costa Melo**, em face da despesa do exercício ter sido superior ao limite estabelecido na CF e das falhas apontadas na elaboração do inventário e na aplicação das verbas indenizatórias, com fundamento no art. 51, inciso III; **2)** pela **aplicação de multa**, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais) pelas irregularidades apontadas; **3)** pela abertura de **Tomada de Contas Especial** para apurar a efetiva recomposição do erário, relativas aos adiantamentos feitos aos Vereadores, no valor de R\$ 79.002,00 (setenta e nove mil e dois reais) e do saldo patrimonial. Vencido o **Conselheiro-Relator Ronald Polanco Ribeiro** que votou pela regularidade com ressalvas das contas. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 20 de outubro de 2016.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE/AC 14.813.2011-50
ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício orçamentário - financeiro de 2010
RESPONSÁVEL: Edvaldo da Costa Melo
PROCURADOR: -
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício orçamentário-financeiro de 2010, de responsabilidade do então presidente o senhor Edvaldo da Costa Melo, apresentada tempestivamente conforme exigência do art. 23, §1º, da Constituição Estadual.
2. Relatórios técnicos às fls. 108 a 138 (preliminar) e 304 a 309 (complementar).
3. Regularmente citado o gestor carregou aos autos a documentação de fls. 147 a 294 e 295 a 298.
4. Restou apurado durante a instrução processual pela unidade técnica como pendentes de regularização **despesas efetuadas com honorários advocatícios e verbas indenizatórias.**
5. Pronunciamento último do Ministério Especial junto a esta Corte de Contas fls. 314 a 316 e Anexo fls. 317 a 323.

É o relatório.

Rio Branco/AC, 20 de outubro de 2016.

Cons. Ronald Polanco Ribeiro
Relator

PROCESSO TCE/AC 14.813.2011-50
ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício orçamentário - financeiro de 2010
RESPONSÁVEL: Edvaldo da Costa Melo
PROCURADOR: -
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

(Relator):

1. Analisando os autos verifica-se que foram dois pontos cruciais para que a Unidade Técnica e o Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas opinassem pela emissão de Acórdão considerando irregular a Prestação de Contas ora em análise, quais sejam: 1) pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 750,00 e 2) pagamento de verbas indenizatórias.
2. Das impropriedades apuradas como pendentes de regularização foram detectadas as despesas efetuadas com honorários advocatícios e verbas indenizatórias.
3. Quanto à impropriedade técnica apontada pela 2ª ICGE e o Ministério Público Especial junto a esta Corte de Contas relativa ao pagamento a título de honorários advocatícios em razão de prestação de serviços jurídicos na elaboração de prestação de contas da Câmara, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), é importante recorrermos ao princípio da insignificância, não raro aplicado em âmbito administrativo. Com a aplicação deste princípio busca-se extinguir a tipicidade dos atos que produzam danos pequenos (ínfimos) sobre o bem jurídico protegido, tornando irrelevante e desarrazoável sua punição na esfera administrativa. Noutras palavras: às vezes os valores são tão pequenos que uma eventual punição traz prejuízos para a própria Administração Pública, pois é necessário movimentar a máquina administrativa para a execução da dívida, cujo custo seria maior do que a própria dívida.

- 4.** Não se pode olvidar a carência de pessoal qualificado que possam auxiliar as gestões municipais, no Estado do Acre, principalmente quando se trata de municípios isolados, como é o caso concreto.
- 5.** E ainda, quanto à impropriedade técnica apontada pela 2ª IGCE relativa ao pagamento de verbas indenizatórias de gabinete este TCE/AC tem identificado em inúmeros processos semelhantes ao presente caso a utilização, por parte dos gestores das Câmaras Municipais, de verbas classificadas como de natureza “indenizatória” destinadas, de fato, a custear gastos correntes com contratações de assessorias, material gráfico, material de expediente, locação de bens móveis, imóveis e veículos, equipamentos de informática, combustíveis, manutenção de veículos locados, etc. em aparente desacordo com os princípios basilares da Administração Pública, dada a habitualidade dos gastos com despesas de custeio, a aquisição (em certos casos) de quantidades excessivas, a falta de comprovação precisa das utilizações, a inobservância de finalidade pública e de pertinência com a atividade parlamentar.
- 6.** Sendo esta prestação de contas relativa ao ano de 2010, convém destacar que esta Corte de Contas apenas no final de 2011, por ocasião do Acórdão nº 7.426 de 06/10/2011, manifestou-se acerca da matéria pela legalidade da mencionada verba orientando detalhadamente sobre a sua correta utilização, desde que atendidos alguns preceitos e, dentre esses, a impossibilidade de se estabelecer parcela fixa e permanente, dada a sua natureza eventual.
- 7.** Logo, afastado o principal (irregularidades), não se justifica penalizar o Gestor, julgando as suas contas irregulares, uma vez que o assessorio acompanha o principal e não vice versa.
- 8.** Por fim, reconhece-se, de ofício, a prescrição intercorrente da pretensão punitiva estatal de aplicação da multa prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/1993 face à contabilização de mais de 05 (cinco) havidos entre o conhecimento dos fatos apurados (apresentação das contas em 31/03/2011) e a presente decisão colegiada (outubro/2016).

9. Ante o exposto, consubstanciado nas observações acima, nas observações contidas nos relatórios exarados pelo Corpo Técnico e pelo parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas, **VOTO**:

9.1. Nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, **REGULAR COM RESSALVAS** a prestação de contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2010, de responsabilidade do então presidente o Senhor Edvaldo da Costa Melo, valendo como ressalvas o pagamento de verbas indenizatórias de gabinete sem comprovação de autorização legal específica.

9.2. Pelo **reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente** da pretensão punitiva estatal de aplicação da multa prevista no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, face a contabilização de mais de 05 (cinco) havidos entre o conhecimento dos fatos apurados (apresentação das contas em 31/03/2011) e a presente decisão colegiada (outubro/2016).

9.3. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco/AC, 20 de outubro de 2016.

Cons. Ronald Polanco Ribeiro
Relator

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 14.813.2011-50
ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2010.
RESPONSÁVEL: Edvaldo da Costa Melo
RELATOR: Cons. Ronaldo Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

- Por julgar Irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2010, de responsabilidade do **Sr. Edvaldo da Costa Melo**, presidente à época, em face da despesa do exercício ter sido superior ao limite estabelecido na CF e das falhas apontadas na elaboração do inventário e na aplicação das verbas indenizatórias.

- Pela aplicação de multa, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), pelas irregularidades apontadas.

- Pela abertura de Tomada de Contas Especial para apurar a efetiva recomposição do erário, relativas aos adiantamentos feitos aos Vereadores, no valor de R\$ 79.002,00 (setenta e nove mil e dois reais) e do saldo patrimonial.

- Após, pelo arquivamento dos autos.

É como Voto.

Rio Branco-AC, 20 de outubro de 2016.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 14.813.2011-50
ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2010.
RESPONSÁVEL: Edvaldo da Costa Melo
RELATOR: Cons. Ronaldo Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.260ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **Antonio Jorge Malheiro, Ronald Polanco Ribeiro e Dulcinéia Benício de Araújo** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o **Dr. Mario Sergio Neri de Oliveira**. Ausentes, justificadamente, a Conselheira-Presidenta, Naluh Maria Lima Gouveia e os Conselheiros Valmir Gomes Ribeiro e Antonio Cristovão Correia de Messias. Decisão: o Colegiado decidiu, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**. Vencido o Conselheiro-Relator, Ronald Polanco Ribeiro, que votou pela regularidade com ressalva das contas e reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva de aplicação de multa.” (à fl. 328)

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor